



**Grupo de Etnologia e Arqueologia da Lourinhã -
GEAL**

Relatório Anual de Contas 2022

Análise da situação económica e financeira



No cumprimento da Lei e do Estatuto, apresentamos as demonstrações financeiras de acordo com o normativo contabilístico aplicável ao GEAL (NRFC- ESNL). Para além destas apresentamos informação complementar, a qual permite uma melhor compreensão das contas que agora se apresentam à apreciação e resultam da atividade desenvolvida

RENDIMENTOS

As rubricas são as apresentadas no quadro abaixo, perfazendo os rendimentos obtidos, no ano de 2022, um total de **198.367,28** euro:

Descrição	2022	2021	Variação	%
Vendas	21 297,56	14 482,48	6 815,08	47,06%
Quotas	6 752,35	6 585,78	166,57	2,53%
Entradas	35 561,05	14 853,00	20 708,05	139,42%
Outros serviços	13 057,92	3 195,00	9 862,92	309%
Total vendas e serviços prestados	76 668,88	39 116,26	37 552,62	96,0%
Apoio Lay-off	0,00	6 288,23	-6 288,23	-100,00%
I E F P	2 222,40		2 222,40	
C M Lourinhã	42 500,00	50 500,00	-8 000,00	-15,84%
União Freguesias Lourinhã Atalaia	1 150,00	1 000,00	150,00	15,00%
PDL	56 011,04	42 310,15	13 700,89	32,38%
Outros	941,39	370,25	571,14	154,26%
Tota subsídios à exploração	102 824,83	100 468,63	2 356,20	2,3%
Imputação de subsídios para investimentos	9 946,41	770,89	9 175,52	1190,25%
Donativos/ consignação IRS	1 920,38	1 192,91	727,47	60,98%
Outros rendimentos	7 005,57	325,00	6 680,57	2055,56%
total outros rendimentos	18 872,36	2 288,80	16 583,56	724,55%
TOTAL DOS RENDIMENTOS	198 366,07	141 873,69	56 492,38	39,82%

Os rendimentos de 2022, comparativamente a 2021, registaram um aumento de **56.493,59** euros, o que representa um acréscimo de **39,82%**, sendo que os mais significativos se verificaram nas vendas, **47,06%**, nas entradas **139,42%** (mais que duplicaram) e **32,38%** no subsidio do PDL (**Dino parque**), cujo total foi de **56.011,04** euros, em 2022, e **42.310,15** euros, em 2021

Realçamos o peso do subsídio atribuído pelo PDL (**Dino parque**) nos rendimentos que é de **28,24%**.

A Câmara manteve o subsídio que vinha atribuindo antes da pandemia (Covid) e que corresponde a **21,43** % do total dos rendimentos.

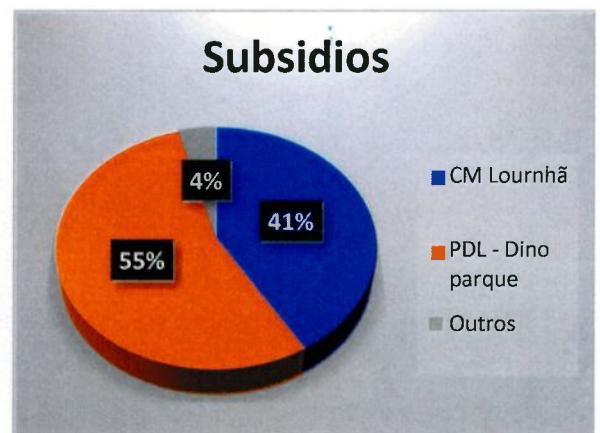
Representação Gráfica

CD

Peso por rubrica no total dos rendimentos

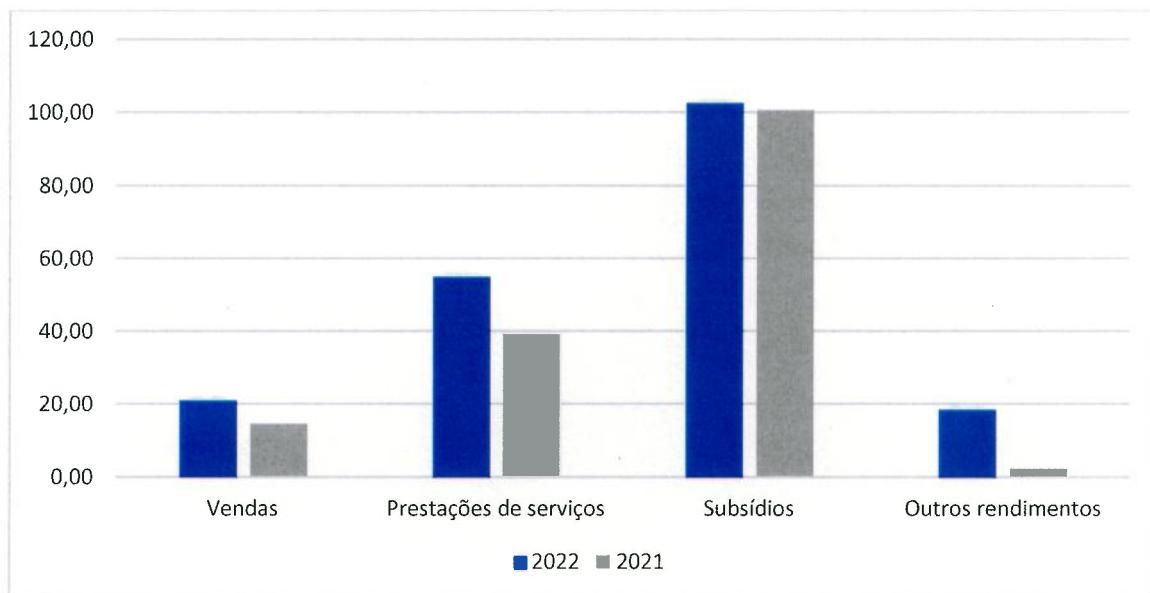


Peso por subsídio no total dos subsídios



Peso por rubrica no total dos rendimentos

(valores em milhares de euros)



H

GASTOS

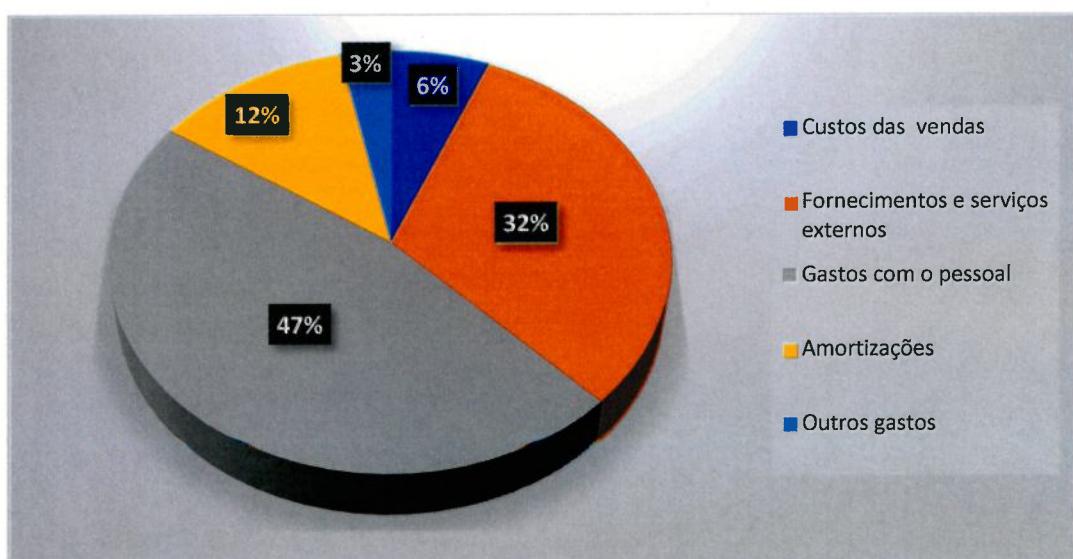
As rubricas de maior relevo, designadas de grandes rubricas, são as apresentadas no quadro abaixo, perfazendo os gastos, no período em análise, um total de **183 548,05** euros. Comparativamente a 2021, registaram um aumento de **39 180,09 euros**, o que representa um acréscimo de **27,14 %** face ao ano de 2021.

GASTOS	PERÍODOS		Variação	
	2022	2021	Valores	%
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	11 432,92	8 388,77	3 044,15	36,3%
Fornecimentos e serviços externos	57 488,84	39 600,13	17 888,71	45,2%
Gastos com o pessoal	86 181,70	80 479,48	5 702,22	7,1%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	3 213,62	3 067,80	145,82	4,8%
Outros gastos	2 643,81	255,35	2 388,46	935,4%
Gastos de depreciação e de amortização	22 587,16	12 576,43	10 010,73	79,6%
TOTAL DOS GASTOS	183 548,05	144 367,96	39 180,09	27,14%

No ano de 2022, a rubrica fornecimentos e serviços externos, com um montante de 57.488,84 euros, representa, no valor total dos gastos, um peso de 32%, com um aumento em relação a 2021 de 17.888,71 euros, ou seja mais 45,2% %. Os gastos com pessoal, a rubrica maior expressão no valor total dos gastos, com um peso de 46,95 %, apresenta um valor de 86.181,70 euros, com um acréscimo em relação a 2021, de 5.702,22 euros, um percentual de 7,1%. O aumento dos gastos com depreciações e amortizações, que foi de 10.010,73 euros, deve-se ao inicio da amortização dos equipamentos associados ao projeto renovação de aldeias. Em virtude de estes equipamentos terem sido subsidiados, as suas amortizações são equilibradas pela rubrica de rendimento -imputação de subsídios ao equipamento – pelo que é pouco relevante o seu impacto no resultado líquido.

Representação Gráfica

Peso por rubrica no total dos gastos



No quadro seguinte, apresenta-se uma análise mais detalhada da rubrica de fornecimento e serviços de terceiros:

Descrição	2022	2021	Variação	%
Subcontratos	18 526,75	2 081,75	16 445,00	789,96%
Trabalhos especializados	6 875,95	9 709,73	-2 833,78	-29,18%
Conservação e reparação	3 586,85	7 254,03	-3 667,18	-50,55%
Energia e fluidos	1 132,56	460,79	671,77	145,79%
Materiais	8 429,79	7 867,39	562,40	7,15%
Deslocações e estadas e transportes	2 250,18	970,29	1 279,89	131,91%
Rendas e alugueres:	10 677,70	4 579,00	6 098,70	133,19%
Comunicação:	1 413,06	2 300,84	-887,78	-38,59%
Seguros:	3 974,94	3 706,95	267,99	7,23%
Limpeza, higiene e conforto	621,06	434,36	186,70	42,98%
Outros Serviços		235,00	-235,00	-100,00%
Total de fornecimentos de terceiros	57 488,84	39 600,13	17 888,71	45,17%

A rubrica com mais crescimento foi a de subcontratos devido à contratação de prestadores de serviços para colmatar a carência de pessoal, que teve um crescimento de 16.445,00 euros, o que equivale a 8 vezes mais ao valor de 2021. As rendas e alugueres, a segunda maior rubrica, teve um crescimento de 6.098,70 euros, proveniente de gastos com alugueres associados às exposições itinerantes e à mudança dos espaços das reservas.

Balanço

As variações no balanço são, essencialmente, de natureza qualitativa, e verificaram- se, sobretudo nas rubricas relacionadas com o subsídio do projeto renovação de aldeias, que a seguir se transcrevem:

	2022	2021	Variação
ATIVO			
Caixa e depósitos bancários	52 844,14	35 157,46	17 686,68
- Outras contas a receber			
IFAP - Renovação de aldeias	15 498,98	69 503,60	-54 004,62

PASSIVO

Outras contas a pagar			
Fornecedores de Investimento/ Vodafone	0,00	41 531,56	-41 531,56

Meios libertos

Demonstração dos meios libertos

	2022	2021	Variação
Gastos de depreciação e de amortização	22 587,16	12 576,43	10 010,73
Resultado líquido do período	14 830,23	-2 427,46	17 257,69
Imputação Subsídios ao Investimento	-9 946,41	-770,89	-9 175,52
Meios libertos (cash flow)	27 470,98	9 378,08	18 092,90

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2022	31 DEZ 2021
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	129 182,78	130 553,75
Activos intangíveis	6	47 409,11	52 676,79
Investimentos financeiros	12.1	1 067,88	1 259,23
		177 659,77	184 489,77
Activo corrente			
Inventários	7	29 583,60	19 621,76
Créditos a receber	12.2	6 913,00	802,86
Estado e outros entes públicos	12.8	2,92	4,57
Diferimentos	12.4	844,53	592,83
Outros ativos correntes	12.3	46 757,45	106 473,27
Caixa e depósitos bancários	12.5	52 844,14	35 157,46
		136 945,64	162 652,75
Total do ativo		314 605,41	347 142,52
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Reservas	12.6	28 363,86	28 363,86
Resultados transitados	12.6	147 152,50	149 628,52
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	12.6	105 472,97	115 419,38
		280 989,33	293 411,76
Resultado líquido do período		14 830,89	-2 476,02
Total dos fundos patrimoniais		295 820,22	290 935,74
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	12.7	613,15	2 579,93
Estado e outros entes públicos	12.8	4 511,96	3 372,40
Diferimentos	12.4	297,00	254,08
Outros passivos correntes	12.9	13 363,08	50 000,37
		18 785,19	56 206,78
Total do passivo		18 785,19	56 206,78
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		314 605,41	347 142,52

A Direção

O CC

Assinado por: ISABEL MARIA PEREIRA BAPTISTA
MARTINS CORREIA

Num. de Identificação: 066000173

Data: 2023.03.20 19:43:30+00'00'

Certificado por: Ordem dos Contabilistas

Certificados.

Atributos certificados: Membro da OCC nº 2453.



Jin Jin

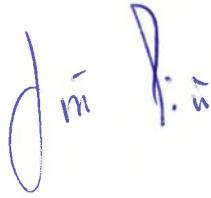
GEAL - GRUPO Etnologia Arqueologia Lourinha
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Contribuinte: 501419500

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados	8	76.668,88	39.116,26
Subsídios, doações e legados à exploração	9 e 12.10	102.824,83	100.468,63
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-11.432,92	-8.388,77
Fornecimentos e serviços externos	12.11	-57.488,84	-39.600,13
Gastos com o pessoal	10	-86.181,70	-80.479,48
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12.2	-3.213,62	-3.067,80
Outros rendimentos	12.12	18.873,57	2.288,80
Outros gastos	12.13	-2.643,81	-255,35
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		37.406,39	10.082,16
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-22.587,16	-12.576,43
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		14.819,23	-2.494,27
Juros de Mora e Compensatórios	12.14	0,00	0,00
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	8 e 12.14	11,66	18,25
Resultados antes de impostos		14.830,89	-2.476,02
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		14.830,89	-2.476,02

A Direção



O CC

Assinado por: **ISABEL MARIA PEREIRA BAPTISTA**
MARTINS CORREIA

Num. de Identificação: 066000173
Data: 2023.03.20 19:44:05+00'00'
Certificado por: **Ordem dos Contabilistas**
Certificados.
Atributos certificados: **Membro da OCC nº 2453.**



GEAL - GRUPO Etnologia Arqueologia Lourinha
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2022	2021
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		81 103,30	37 970,21
Pagamentos a fornecedores		-73 789,08	-25 974,58
Pagamentos ao pessoal		-83 519,75	-82 334,74
	Caixa gerada pelas operações	-76 205,53	-70 339,11
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-2,92	-4,57
Outros recebimentos/pagamentos		106 086,54	96 084,82
	Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	29 878,09	25 741,14
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:		-12 389,14	-53 484,00
Ativos fixos tangíveis		0,00	-17 712,00
Activos intangíveis		-178,82	-207,65
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:		364,89	0,00
Ativos fixos tangíveis		11,66	18,25
Investimentos financeiros		-12 191,41	-71 385,40
Juros e rendimentos similares			
	Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:		0,00	0,00
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
	Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		17 686,68	-45 644,26
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		35 157,46	80 801,72
Caixa e seus equivalentes no fim do período		52 844,14	35 157,46

A Direção

O CC



Assinado por: **ISABEL MARIA PEREIRA BAPTISTA**
MARTINS CORREIA

Num. de Identificação: 066000173

Data: 2023.03.20 19:44:37+00'00'

Certificado por: **Ordem dos Contabilistas**

Certificados.

Atributos certificados: **Membro da OCC nº 2453.**





**GEAL - GRUPO Etnologia
ARQUEOLOGIA LOURINHA**

Anexo



Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Principais Políticas Contabilísticas	4
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	6
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	12
5	Ativos Fixos Tangíveis	12
6	Ativos Intangíveis.....	13
7	Inventários	14
8	Rébito.....	15
9	Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	15
10	Benefícios dos empregados.....	15
11	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	16
12	Outras Informações	16
12.1	Investimentos Financeiros.....	16
12.2	Creditos a receber.....	16
12.3	Outros ativos correntes	17
12.4	Diferimentos	17
12.5	Caixa e Depósitos Bancários	17
12.6	Fundos Patrimoniais	18
12.7	Fornecedores	18
12.8	Estado e Outros Entes Públicos	18
12.9	Outros passivos correntes	19
12.10	Subsídios, doações e legados à exploração	19
12.11	Fornecimentos e serviços externos	19
12.12	Outros rendimentos.....	20
12.13	Outros gastos	20
12.14	Resultados Financeiros	20
12.15	Acontecimentos após data de Balanço	21



1 Identificação da Entidade

O Grupo de Etnologia e Arqueologia da Lourinhã, também designado por GEAL, é uma pessoa coletiva de direito privado, fundada em 1981 por tempo indeterminado, com sede na rua João Luís de Moura, nº 95, na Lourinhã. O GEAL é uma associação cultural sem fins lucrativos, de reconhecida utilidade pública, que dedica especial atenção às seguintes áreas do conhecimento:

* Nas Ciências da Natureza, à Geologia e à Biologia, nomeadamente à Paleontologia e ao Ambiente;

* Nas Ciências Sociais, à História, nomeadamente à Arqueologia e à Etnografia.

- Salvaguardar, defender e valorizar o património natural e cultural.
- Promover o estudo e divulgação desse património, prioritariamente através do Museu da Lourinhã.
- Defender o ambiente e a conservação da natureza.
- Promover o pensamento científico, o gosto pela descoberta e a aproximação às boas práticas de preservação do património, designadamente junto da população jovem.
- Promover a qualidade de vida com especial foco no concelho da Lourinhã.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2022 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para



Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL. Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceitual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.



3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confiram segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.



Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advinham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar inicio à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3
Outros Ativos Intangíveis	10



3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	10
Equipamento básico	8
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	5
Outros Ativos fixos tangíveis	5

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.4 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “Investimentos Financeiros” são



registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Parte do valor espelhado nesta rubrica é referente ao Fundo de Compensação do Trabalho (FCT).

3.2.5 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

O Geal adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

3.2.6 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes



Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.7 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.8 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.



Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) "As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: "A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas."

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e



cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2009 a 2012 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2021					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	58 995,20	56693,04				115 688,24
Equipamento básico	74 143,44	8866,76				83 010,21
Equipamento de transporte	2 650,00					2 650,00
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	22 409,43					22 409,43
Outros Ativos fixos tangíveis	4 972,24					4 972,24
Total	163 170,31	65 559,80	0,00	0,00	0,00	228 730,12
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	21 474,36	2 725,86				24 200,22
Equipamento básico	36 785,88	7 978,82				44 764,70
Equipamento de transporte	2 650,00					2 650,00
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	19 851,07	1 738,14				21 589,21
Outros Ativos fixos tangíveis	4 838,63	133,61				4 972,24
Total	85 599,94	12 576,43	0,00	0,00	0,00	98 176,37



2022						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	115 688,24					115 688,24
Equipamento básico	83 010,21	15948,51				98 958,72
Equipamento de transporte	2 650,00					2 650,00
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	22 409,43					22 409,43
Outros Ativos fixos tangíveis	4 972,24					4 972,24
Total	228 730,12	15 948,51	0,00	0,00	0,00	244 678,63
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	24 200,22	5 522,17				29 722,39
Equipamento básico	44 764,70	11 387,20				56 151,90
Equipamento de transporte	2 650,00					2 650,00
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	21 589,21	410,11				21 999,32
Outros Ativos fixos tangíveis	4 972,24	0,00				4 972,24
Total	98 176,37	17 319,48	0,00	0,00	0,00	115 495,85

6 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2011 e de 2012, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

2021						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	422,39					422,39
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00	52676,79				52 676,79
Total	422,39	0,00	0,00	0,00	0,00	53 099,18

Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	422,39					422,39
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	422,39	0,00	0,00	0,00	0,00	422,39

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	422,39					422,39
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	52 676,79					52 676,79
Total	53 099,18	0,00	0,00	0,00	0,00	53 099,18
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	422,39	5 267,68				5 690,07
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	422,39	5 267,68	0,00	0,00	0,00	5 690,07

7 Inventários

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2021				2022		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	19 761,74	8 248,79	0,00	19 621,76	21 625,86	0,00	29 583,60
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Total	19 761,74	8 248,79	0,00	19 621,76	21 625,86	0,00	29 583,60
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			8 388,77				11 432,92



8 Rérito

Para os períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes Réritos:

Descrição	2022	2021
Vendas	22 714,01	14 485,48
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	40 896,95	21 435,78
Quotas e joias	0,00	0,00
Promoções para captação de recursos	13 057,92	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	3 195,00
Juros	11,66	18,25
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	76 680,54	39 134,51

9 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2022	2021
Subsídios do Governo		
C M Lourinhã	42 500,00	50 500,00
União Freguesias Lourinhã Atalaia	1 150,00	1 000,00
Apoios do Governo		
IEFP	2 222,40	
ISS, IP - Centro Distrital	77,63	6 288,23
IAPMEI	224,00	126,75
Total	46 174,03	57 914,98

10 Benefícios dos empregados

Nos períodos de 2019 e 2020 número de membros efetivos dos órgãos sociais foi de 13, sendo dois membros da mesa da assembleia-geral, oito membros da direção e três membros do conselho fiscal.

Os membros dos órgãos sociais não usufruem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2021 foi de "7" e em 31/12/2022 foi de "8".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2022	2021
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	69 597,67	65 889,06
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	14 414,08	12 396,09
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	1 565,85	1 757,58
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	604,10	436,75
Total	86 181,70	80 479,48



11 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

O Geal não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

12 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

12.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2022	2021
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	500,00	500,00
Outros investimentos financeiros	567,88	759,23
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	1 067,88	1 259,23

12.2 Créditos a receber

Para os períodos de 2022 e 2021 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	6 874,00	752,50
Utentes	39,00	50,36
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes factoring		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes		
Utentes		
Total	6 913,00	802,86



Nos períodos de 2022 e 2021 foram registadas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

Descrição	2022	2021
Clientes	3 213,62	3 067,80
Utentes	0,00	0,00
Total	3 213,62	3 067,80

12.3 Outros ativos correntes

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a seguinte decomposição:

Descrição	2022	2021
Remunerações a pagar ao pessoal	299,95	0,00
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	7 718,13	17 832,67
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	38 739,37	88 640,60
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	46 757,45	106 473,27

12.4 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Gastos a Reconhecer		
Seguros	844,53	592,83
Rendas	0,00	0,00
Total	844,53	592,83
Rendimentos a Reconhecer		
Quotas	297,00	242,08
Total	297,00	242,08

12.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2022 e 2021, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2022	2021
Caixa	572,24	484,98
Depósitos à ordem	32 271,90	14 672,48
Depósitos a prazo	20 000,00	20 000,00
Outros		
Total	52 844,14	35 157,46



12.6 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	28 363,86	0,00	0,00	28 363,86
Resultados transitados	149 628,52	0,00	-2 476,02	147 152,50
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	115 419,38	0,00	-9 946,41	105 472,97
Total	293 411,76	0,00	-12 422,43	280 989,33

12.7 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Fornecedores c/c	613,15	2 579,93
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	613,15	2 579,93

12.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Ativo		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC)	2,92	4,57
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	2,92	4,57
Passivo		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	2 400,94	1 149,10
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)	345,00	566,00
Segurança Social	1 624,84	1 635,41
Outros Impostos e Taxas	141,18	21,89
Total	4 511,96	3 372,40



12.9 Outros passivos correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2022		2021	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		0,00		0,00
Cauções	0,00		0,00	
Outras operações		0,00		0,00
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Fornecedores de Investimentos		0,00		41 531,56
Credores por acréscimo de gastos		12 325,47		8 468,81
Outros credores		1 037,61		0,00
Total	0,00	13 363,08	0,00	50 000,37

12.10 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2022 e 2021, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2022	2021
Subsídios do Estado e outros entes públicos	46 174,03	57 914,98
Subsídios de outras entidades	56 011,04	42 349,65
Doações e heranças	639,76	204,00
Legados	0,00	0,00
Total	102 824,83	100 468,63

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 9.

12.11 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, foi a seguinte:

Descrição	2022	2021
Subcontratos	18 526,75	2 081,75
Serviços especializados	10 462,80	16 963,76
Materiais	8 429,79	7 867,39
Energia e fluidos	1 132,56	460,79
Deslocações, estadas e transportes	2 250,18	970,29
Serviços diversos	16 686,76	11 256,15
Total	57 488,84	39 600,13



12.12 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Rendimentos Suplementares	6 900,02	0,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros rendimentos	11 973,55	2 288,80
Total	18 873,57	2 288,80

12.13 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Impostos	69,24	149,20
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00	0,00
Gastos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos	2 574,57	106,15
Total	2 643,81	255,35

12.14 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2022	2021
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	0,00	0,00
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	11,66	18,25
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	11,66	18,25
Resultados Financeiros	11,66	18,25

12.15 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

LOURINHA, 20 de março de 2023

O Contabilista Certificado

A Direção

Assinado por: **ISABEL MARIA PEREIRA BAPTISTA**
MARTINS CORREIA
Num. de Identificação: 066000173
Data: 2023.03.20 19:45:08+00'00'
Certificado por: **Ordem dos Contabilistas**
Certificados.
Atributos certificados: **Membro da OCC nº 2453.**



Two handwritten signatures are present, one in blue ink and one in black ink, both appearing to be the names of the signatories.